

O Estado Situacional das Escolas Sustentáveis 2021

Sumário Executivo

O Estado Situacional das Escolas Sustentáveis 2021

Sumário Executivo

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)
e
Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE)
e
Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação
(FNDE/MEC)

Brasília, 2023.

Referência necessária:

FAO, ABC/MRE e FNDE/MEC. 2023. *O estado situacional das escolas sustentáveis 2021 - Sumário executivo*. Brasília. <https://doi.org/10.4060/cc0679pt>

As denominações empregadas neste produto de informação e a forma como são apresentados os dados que ele contém não implicam, por parte da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) ou do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (FNDE/MEC), em qualquer parecer sobre a situação jurídica ou o nível de desenvolvimento de países, territórios, cidades ou áreas, ou suas autoridades, nem a respeito da delimitação de suas fronteiras ou limites. A menção de empresas ou produtos de determinados fabricantes, patenteados ou não, não implica que a FAO, ABC/MRE ou FNDE/MEC os aprovelem ou recomendem em detrimento de outros de natureza semelhante não mencionados. As opiniões expressas neste produto de informação são de seu (s) autor (es) e não refletem necessariamente as opiniões ou políticas da FAO, ABC/MRE ou FNDE/MEC.

ISBN: 978-92-5-137611-9

© FAO, ABC/MRE e FNDE/MEC, 2023



Alguns direitos reservados. Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhável 3.0 para Organizações Intergovernamentais; https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/igo/deed.es_ES.

A obra pode ser copiada, redistribuída e adaptada para fins não comerciais sob os termos da licença, desde que a citação adequada seja fornecida conforme indicado abaixo. Nenhum uso deste trabalho deve ser dado entender que a FAO, ABC/MRE ou FNDE/MEC endossa determinada organização, produtos ou serviços.

Não é permitido o uso da logomarca da FAO, ABC/MRE ou FNDE/MEC. No caso de adaptação, a obra resultante deve receber a mesma licença Creative Commons ou equivalente. Se o trabalho for traduzido, o seguinte aviso legal de responsabilidade deve ser adicionado juntamente com a referência obrigatória: “Esta tradução não é obra da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) ou do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (FNDE/MEC), responsáveis pelo conteúdo, nem da exatidão da tradução. A edição original em inglês, espanhol, francês e português será o texto autorizado”.

Qualquer disputa que surja sob a licença e não possa ser resolvida amigavelmente será resolvida por meio de mediação e arbitragem, conforme previsto no Artigo 8 da licença, salvo disposição em contrário aqui. As regras de mediação aplicáveis serão as das Regras de Mediação da Organização Mundial de Propriedade Intelectual <http://www.wipo.int/amc/en/mediation/rules> e todas as arbitragens serão conduzidas de acordo com as Regras de Arbitragem da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL).

Materiais de Terceiros. Se você deseja reutilizar o material contido neste trabalho que pertence a terceiros, por exemplo, tabelas, gráficos ou imagens, cabe a você determinar se é necessária permissão para tal reutilização e obter permissão do detentor dos direitos autorais. O risco de reclamações decorrentes da violação dos direitos de utilização de um elemento que seja propriedade de terceiros é exclusivamente do utilizador.

A FAO incentiva o uso, reprodução e divulgação do material contido neste produto de informação. Os materiais podem ser copiados, baixados e impressos para fins particulares de estudo, pesquisa e ensino, ou para uso em produtos ou serviços não comerciais, exceto onde indicado de outra forma, desde que seja dado o devido reconhecimento à FAO, ABC/MRE e FNDE/MEC como fontes e direitos autorais titulares, e que isso não implica de forma alguma que a FAO, ABC/MRE e FNDE/MEC aprovelem os pontos de vista, produtos ou serviços dos usuários. Pedidos relativos a direitos de tradução e adaptação devem ser endereçados a www.fao.org/contact-us/licence-request ou copyright@fao.org. É proibida a venda ou uso comercial deste material. Os produtos de informação da aliança Brasil-FAO estão disponíveis no site da Organização (www.fao.org/publications).

Foto de capa:

1 - @FAO El Salvador

2 - @FAO

3 - @FAO

4 - @FAO

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL-FAO

Projeto para a Consolidação dos Programas de Alimentação Escolar na América Latina e Caribe

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA - FAO

Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe (FAORLC)

GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE)

Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (FNDE/MEC)

Texto elaborado por:	Mario Domingos Morales e Najla Veloso
Revisão técnica:	Bruno Silva/FNDE/MEC, Milagros Espinosa/FAO, Miriam de Oliveira/FAO, Paola Barbieri/ABC/MRE, Paulo Palma Beraldo/FAO e Najla Veloso/FAO
Diagramação:	Lourdes Herencia e Oscar Mimbela
Supervisão gráfica:	Paulo Palma Beraldo e Palova Brito
Tradução:	Daniel Alves
Supervisão técnica:	Karine Silva – Coordenadora do Programa Nacional de Alimentação Escolar do Brasil – FNDE/MEC; Cecília Malaguti do Prado – Responsável pela Cooperação Técnica Trilateral - ABC/MRE; Israel Ríos, Oficial de Nutrição FAO; e Najla Veloso, Coordenadora Regional do Projeto - FAO

ÍNDICE

Apresentação	VII
Programas de alimentação escolar e seus benefícios	1
Escolas Sustentáveis	3
A metodologia de estudo	5
Avanços por componentes	7
O período da pandemia de COVID-19.....	11
A situação atual das Escolas Sustentáveis na América Latina e no Caribe	13
Escalonamento das Escolas Sustentáveis na região.....	15
Os desafios atuais dos programas de alimentação escolar.....	19
Perspectivas para o regresso às escolas	21
Lições aprendidas.....	23
Principais conclusões	25
Recomendações	27

Acrônimos e abreviações

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
EAN	Educação alimentar e nutricional
ES	Escolas sustentáveis
DTAs	Doenças transmitidas por alimentos
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
MEC	Ministério da Educação
MRE	Ministério das Relações Exteriores
ONG	Organizações não governamentais
PAE	Programas de alimentação escolar
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
RAES	Rede de Alimentação Escolar Sustentável

Apresentação

A cooperação técnica internacional brasileira, orientada pelos princípios de colaboração, horizontalidade e respeito à soberania dos países, através da coordenação da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) e do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (FNDE/MEC), promove o intercâmbio de experiências bem sucedidas em alimentação escolar, especialmente na região da América Latina e Caribe.

Em trabalho conjunto com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), desenvolveu ações até o atual projeto denominado Consolidação de Programas de Alimentação Escolar na América Latina e no Caribe, no marco do Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO.

O projeto conseguiu um aumento das es-



tratégias intensivas destinadas a fortalecer as políticas e programas de alimentação escolar em 13 países da região da ALC e também promoveu e consolidou grupos de trabalho intersetoriais em cada país que fomentaram o diálogo sobre o tema na região.

Este documento apresenta uma síntese do estudo intitulado **O Estado Situacional das Escolas Sustentáveis na América Latina e no Caribe-2021**, elaborado no âmbito deste projeto. O estudo compila experiências da implementação da metodologia Escolas Sustentáveis (ES) nos países da região e a atualização de suas estatísticas, destacando aspectos como desafios, aumento de escala, implicações, aumento dos programas de alimentação escolar, lições aprendidas e recomendações, com vistas à disseminação de boas práticas, incluindo o período da pandemia, apresentando uma visão geral da situação das escolas sustentáveis na região até 2021.

O objetivo é facilitar a compreensão da metodologia Escolas Sustentáveis, desenvolvida pelo Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO, e disseminar seus resultados para um público mais amplo, como formuladores de políticas públicas, autoridades, técnicos, ONGs, diretores de escolas, nutricionistas, pais, agricultores, estudantes, professores, etc.

As informações apresentadas foram



baseadas em duas ferramentas: 1) evidências do estudo realizado em 2019 e concluído em 2020: “Progresso dos programas de alimentação escolar na América Latina e no Caribe-o caso de El Salvador, Guatemala e Honduras”; 2) uma pesquisa aplicada aos países para fins de atualização, onde as informações fornecidas por 11 países da América Latina e do Caribe foram coletadas durante o segundo semestre de 2021: Belize, Equador, El Salvador,

Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia e Trinidad e Tobago.

Nas páginas seguintes, são destacados desafios, lições aprendidas e recomendações a fim de disseminar boas práticas, inclusive durante o período pandêmico.

A metodologia Escolas Sustentáveis já foi aplicada em mais de 23.000 escolas na América Latina e no Caribe, promovendo mudanças na

vida de aproximadamente 1,6 milhão de estudantes.

Esta publicação visa aumentar a visibilidade de uma prática possível, eficiente e sustentável, com o objetivo de aumentar a escala em nível regional e fortalecer e consolidar os programas de alimentação escolar, instrumentos poderosos de proteção social para garantir o direito humano à alimentação adequada.

Uma boa leitura a todos.

Os programas de alimentação escolar e seus benefícios

Os programas de alimentação escolar (PAE) constituem as instituições que cada governo possui para fornecer serviços de alimentação aos estudantes em idade escolar matriculadas em instituições públicas de ensino, seja no nível pré-escolar e/ou no nível fundamental e/ou secundário.

Estudos mostram os benefícios desses programas, tais como melhorias na educação das crianças e em sua saúde física e psicossocial. A maioria dos benefícios reverte a favor dos estudantes mais desfavorecidos.

Estudos recentes revelaram resultados de aprendizagem em matemática e alfabetização, com maiores efeitos em meninas e crianças abaixo da linha nacional de pobreza, de acordo com o relatório O Estado da Alimentação Escolar Mundial 2020 (PMA, 2021). Além disso, houve resultados positivos em toda a comunidade educacional e nos territórios próximos.

De fato, os programas de alimentação escolar se tornaram programas que oferecem uma ampla gama de benefícios, incluindo: 1) potencialmente melhorar a nutrição e a saúde de milhões de crianças, adolescentes e jovens; 2) reduzir o absenteísmo, especialmente entre crianças de famílias pobres; e 3) assegurar melhores condições para o desenvolvimento cognitivo.

Além destes, dois outros grandes benefícios conseqüentes são: a implementação de ações de educação alimentar e nutricional

No curto prazo, os PAE também assumiram cinco aspectos básicos:

- **Melhoria na qualidade da educação**, observável em indicadores como aumento de matrículas, frequência e retenção escolar, e melhores resultados em termos de desempenho acadêmico dos estudantes.
- **Melhor estado nutricional dos estudantes**, o que se reflete nos indicadores nutricionais gerados através de avaliações nutricionais regulares.
- **Melhoria dos hábitos nutricionais** através de capacitação em Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e a adoção de boas práticas alimentares.
- **Fortalecimento da organização do processo de compras públicas de alimentos.**
- **Fortalecimento da participação da comunidade nas escolas**, o que se reflete em um maior envolvimento da comunidade educativa na gestão e administração desses programas.



como uma oportunidade para desenvolver uma base de hábitos alimentares saudáveis e um mercado para os agricultores familiares como fornecedores de alimentos saudáveis e variados, cultivados localmente.

Assim, foi identificado que os PAE são amplamente re-

conhecidos como uma ferramenta eficaz para contribuir para o exercício do direito humano à alimentação adequada, parte da rede de proteção social nos países da região, e que contribuem para vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tais como o

ODS 1 (Fim da Pobreza), o ODS 2 (Fome Zero), o ODS 3 (Saúde e Bem-estar), o ODS 4 (Educação de Qualidade), o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), o ODS 10 (Redução das Desigualdades) e o ODS 12 (Consumo e Produção Responsável).

Escolas Sustentáveis

A metodologia de Escolas Sustentáveis (ES) foi criada pelo Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO, em 2011, sob a premissa de que as escolas são espaços privilegiados de convergência comunitária, e que o desenvolvimento social e econômico de um povo está associado à inclusão educacional.

O ponto de partida foi o entendimento de que, a fim de gerar um PAE sustentável, é necessário alcançar o fornecimento de alimentos saudáveis e adequados e ações de educação alimentar e nutricional de forma sistemática e contínua para todos os estudantes.

Para alcançar estes dois componentes, é essencial assegurar: articulação interinstitucional e intersetorial; participação social e comunitária; infraestrutura adequada para as escolas; e compras públicas de alimentos da agricultura familiar.

A metodologia visa dar visibilidade a uma

É uma atividade proposta e desenvolvida para unir os diferentes setores governamentais de forma horizontal e promover o trabalho articulado com as esferas estadual e municipal, com o objetivo de permitir aos atores conhecer os desafios, os mecanismos para superá-los e as potencialidades para desenvolver um programa de alimentação escolar sustentável em nível nacional.

possível prática, com o objetivo de aumentar a escala nacional e a sustentabilidade da política de alimentação escolar.

As ES consistem na experiência de estabelecer escolas que são referência para a implementação de programas de alimen-



tação escolar sustentável, especialmente a partir de atividades como: o envolvimento da comunidade educacional (participação social); a adoção de cardápios escolares adequados e saudáveis; a implementação de hortas escolares pedagógicas (educação alimentar e nutricional); a reforma

das cozinhas, cantinas e depósitos; e a compra de produtos para a merenda escolar diretamente da agricultura familiar. Para implementar a metodologia de ES, em conjunto com os governos nacionais de cada país, foram selecionadas escolas para uma experiência concreta e prática de construção de

conhecimento e aprendizagem. Tudo isso em conjunto com atores de diferentes níveis, tais como professores, diretores de escolas, agricultores, pais, nutricionistas e, especialmente, para ser uma tarefa desenvolvida em conjunto com os Ministérios da Educação, Saúde e Agricultura.

Figura 1: Componentes das Escolas Sustentáveis



Fonte: Elaboração própria.

A metodologia do estudo

A informação contida nesta seção inclui o estado atual (2020-2021) da implantação da metodologia ES nos países da América Latina e do Caribe. A metodologia usada para obter esses dados atualizados consistiu na elaboração de um formulário online com 20 questões. O formulário foi compartilhado com profissionais de ministérios e secretarias de governo vinculados à alimentação escolar dos países em estudo, para sua conclusão e posterior devolução.

A informação foi coletada durante o ano de 2021 com a participação de Belize, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia e Trinidad e Tobago. A partir das informações coletadas no questionário, foi gerado um banco de dados que foi analisado quantitativa e qualitativamente para organizar, sistematizar e documentar a situação atual e os resultados das ES.

A pesquisa enfatizou os seguintes aspectos:

- Evidenciar as experiências vivenciadas na implantação das ES.
- Atualizar o número de ES existentes na região da América Latina e do Caribe.
- Sistematizar as experiências de implementação de leis de alimentação escolar com base na metodologia de ES em países como El Salvador,

Guatemala e Honduras, destacando aspectos como o passo a passo, o desenvolvimento e implementação de normas legais, visando a disseminação de boas práticas.

Posteriormente, os dados foram analisados quantitativa e qualitativamente a fim de organizar, sistematizar e documentar o estado atual das ES. Da mesma forma, foram examinados os relatórios e documentos técnicos gerados pelos países nesse período sobre o andamento da implementação da metodologia de ES.

Como mencionado acima, este documento é um resumo executivo do estudo *O estado situacional das escolas sustentáveis na América Latina e no Caribe, 2021* (Morales e Veloso, 2022). Este estudo apresenta uma breve revisão histórica do processo de implantação da metodologia de ES na região, e a forma como a experiência do Brasil tem sido referência para a execução dos PAE de forma concreta e sustentável.

Além disso, são descritos os conceitos e aspectos técnicos e metodológicos que contemplam a implantação das ES, incluindo aspectos básicos que podem ser úteis tanto para os tomadores de decisão quanto para os responsáveis pela implementação do funcionamento da metodologia. Por fim, este estudo também apresenta a situação atual das ES na região, agrupada por componente, e inclui uma seção específica que resume a implementação das ES no contexto da emergência de saúde causada pelo COVID-19.



©FAO

Avanços por componentes

Seguem abaixo as principais contribuições que os países da América Latina e do Caribe identificaram como resultado da implementação das ES.

i) Articulação intersetorial e interinstitucional. Foi identificado que os países concordam que a **criação desses espaços de articulação, coordenação e tomada de decisões é necessária para adotar o modelo de ES** para o fortalecimento dos programas de alimentação escolar. Com a incorporação dos países nesta iniciativa do projeto regional, a **alimentação escolar se tornou visível como uma política social e estratégica para o desenvolvimento sustentável dos países.**

Alguns países fizeram progressos na promoção e criação de políticas públicas que basearam e institucionalizaram programas de alimentação escolar sob o modelo de Escolas Sustentáveis. Evidência de que esta estrutura de coordenação entre di-

ferentes setores governamentais era vital para enfrentar esta situação de saúde e reduzir os efeitos negativos que o fechamento de escolas teria sobre os estudantes.

O componente de **participação social** foi visto como fundamental para garantir a sustentabilidade dos PAE. A maioria dos países reconhece que o estabelecimento de um modelo de envolvimento da comunidade educacional (professores, pais e estudantes) é o elo necessário para articular e executar as ações locais de implementação da ES.

A participação social ligada aos programas de alimentação escolar **inclui o desenvolvimento de processos de auditoria social para garantir o uso adequado dos recursos alocados para a alimentação escolar. Isto também inclui a promoção e implementação de ações de responsabilidade social para minimizar o desperdício de alimentos.**





Com relação ao **componente Educação Alimentar e Nutricional (EAN)**, a maioria dos países tem realizado atividades em diferentes níveis, destacando a implementação de hortas escolares como uma ferramenta pedagógica e de aprendizagem experimental que gera habilidades para a vida.

Há o reconhecimento de que as hortas escolares não foram implementadas como uma ferramenta de EAN, mas que seu foco era a produção.

Para melhorar e facilitar a implementação de hortas escolares pedagógicas, alguns países adotaram inovações tecnológicas.

É **identificado como um desafio comum ter guias e materiais de apoio para o desenvolvimento de conteúdos de forma padronizada e estruturada para garantir o sucesso da experiência** de aprendizado experimental oferecida pela horta escolar, permitindo que os conhecimen-

tos aprendidos na escola sejam transferidos para a casa, com o objetivo de promover mudanças positivas na nutrição familiar e melhorar seu estado de saúde.

Em relação ao componente de **menus escolares** adequados, a maioria dos países os desenvolveu e implementou com referência a **diretrizes ou manuais, para que sejam adequados, saudáveis e em linha com a cultura local.**



©FAO / Fran Afonso

Alguns países mencionaram que viram resultados nas mudanças na alimentação escolar devido à adoção desses menus,

bem como nos mecanismos de gestão dos PAE, com **experiências de descentralização e desconcentração, aumentando as possibilidades de participação e o grau de responsabilidade dos atores locais.**



©FAO

O componente de **infraestrutura escolar é identificado como um desafio comum entre os países**, com falta do orçamento necessário para obras de melhoria na área de cozinha, armazenamento, áreas de consumo de alimentos, acesso à água e refrigeração, entre outros.

Com relação ao componente de adoção de alimentos da agricultura familiar, há um interesse contínuo e crescente no poten-



cial da alimentação escolar para apoiar os pequenos agricultores, comunidades e mercados locais.

A maioria dos países concorda que este componente tem tido o maior efeito sobre a implementação de Escolas Sustentáveis.

A coordenação e o trabalho conjunto são considerados vitais para a promoção e o fortalecimento dos pequenos produtores para que eles possam oferecer seus produtos para o cardápio da escola.

Foi identificado não apenas o benefício para as escolas

de ter um suprimento de produtos frescos e locais, mas também os benefícios que esta prática traz em termos de impulsionar a economia local e melhorar as condições das comunidades, promovendo o desenvolvimento territorial local.



O período da pandemia de COVID-19

Desde o início da crise sanitária causada pelo COVID-19, os países, através de seus programas nacionais de alimentação escolar, têm feito adaptações e ajustes no sistema convencional de distribuição de alimentos, a fim de garantir a prestação do serviço. A principal modalidade adotada foi a entrega de kits de alimentação às famílias dos usuários.

Essa ação evidenciou o importante papel que a comunidade educativa desempenha na promoção e continuidade das ações de alimentação escolar. Mesmo em meio às implicações desfavoráveis da pandemia, foi possível identificar as contribuições e lições aprendidas que as escolas sustentáveis oferecem na região.



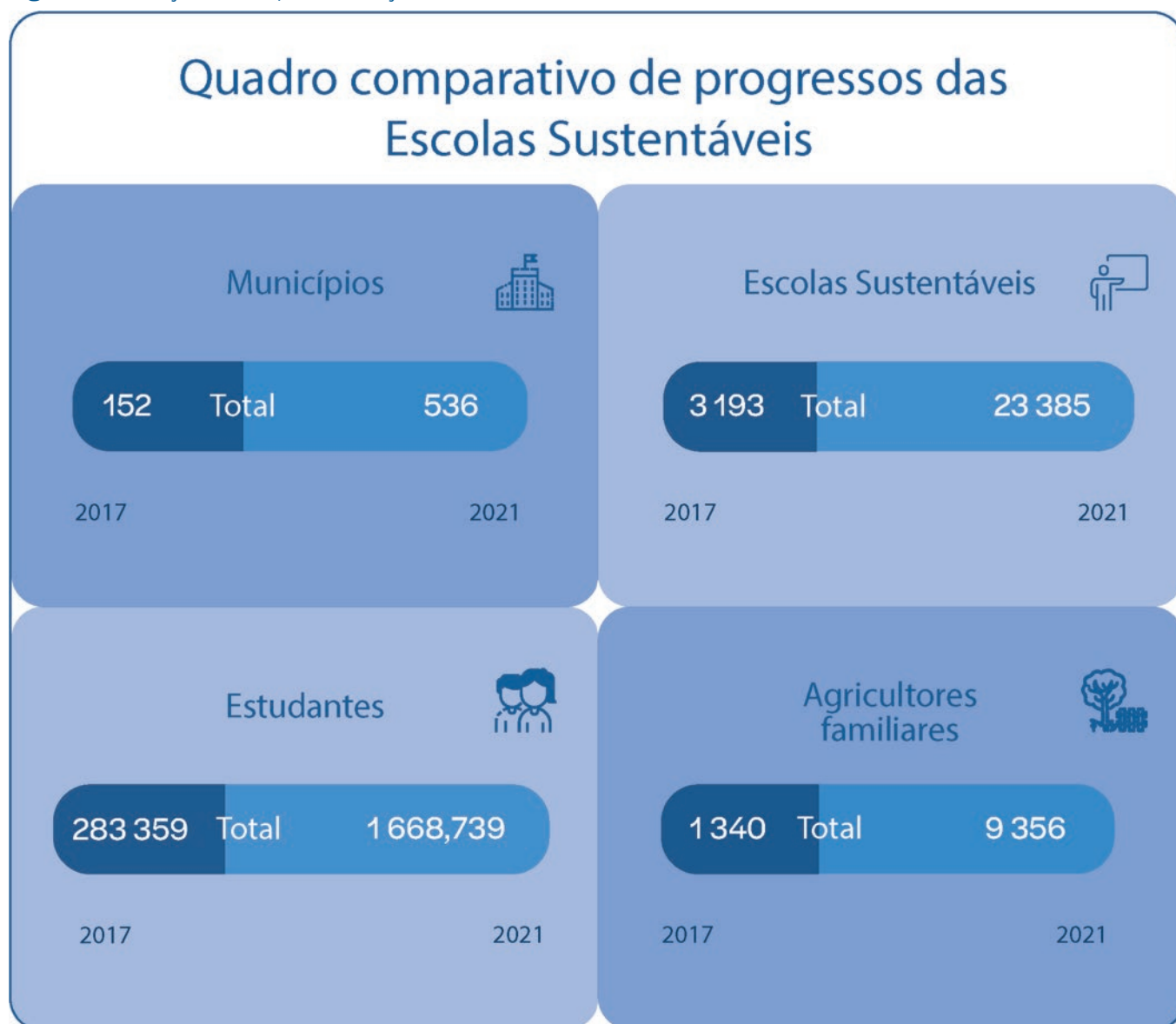


A situação atual das Escolas Sustentáveis na América Latina e no Caribe

A partir de 2017, é relatado que a metodologia ES foi implementada em 12 países, 51 departamentos, 152 municípios, em 3 193 escolas, beneficiando cerca de 283 000 estudantes e mais de 1 240 famílias de produtores locais, inseridas em compras locais. Sabe-se que os países avançaram nestes

números e que países como Equador, Panamá e Trinidad e Tobago também implementaram a metodologia de Escolas Sustentáveis. A tabela a seguir mostra o progresso quantitativo dos elementos acima mencionados, que ocorreu no período de 2017 a 2021 na região.

Figura 2: Avanços na implementação de Escolas Sustentáveis entre 2017 e 2021



Fonte: Elaboração própria.



© FAO

Escalonamento das Escolas Sustentáveis na região

Os dados históricos das Escolas Sustentáveis se referem ao fato de que os primeiros indicadores de crescimento se baseiam no aumento da cobertura em departamentos e municípios, o que por sua vez tem um impacto no número de escolas e no número de estudantes, respectivamente. No entanto, estes são apenas alguns passos do início do escalonamento dos países, uma dinâmica que se multiplicou, tomando o caso do Brasil como referência, e, conseqüentemente, em outros países.

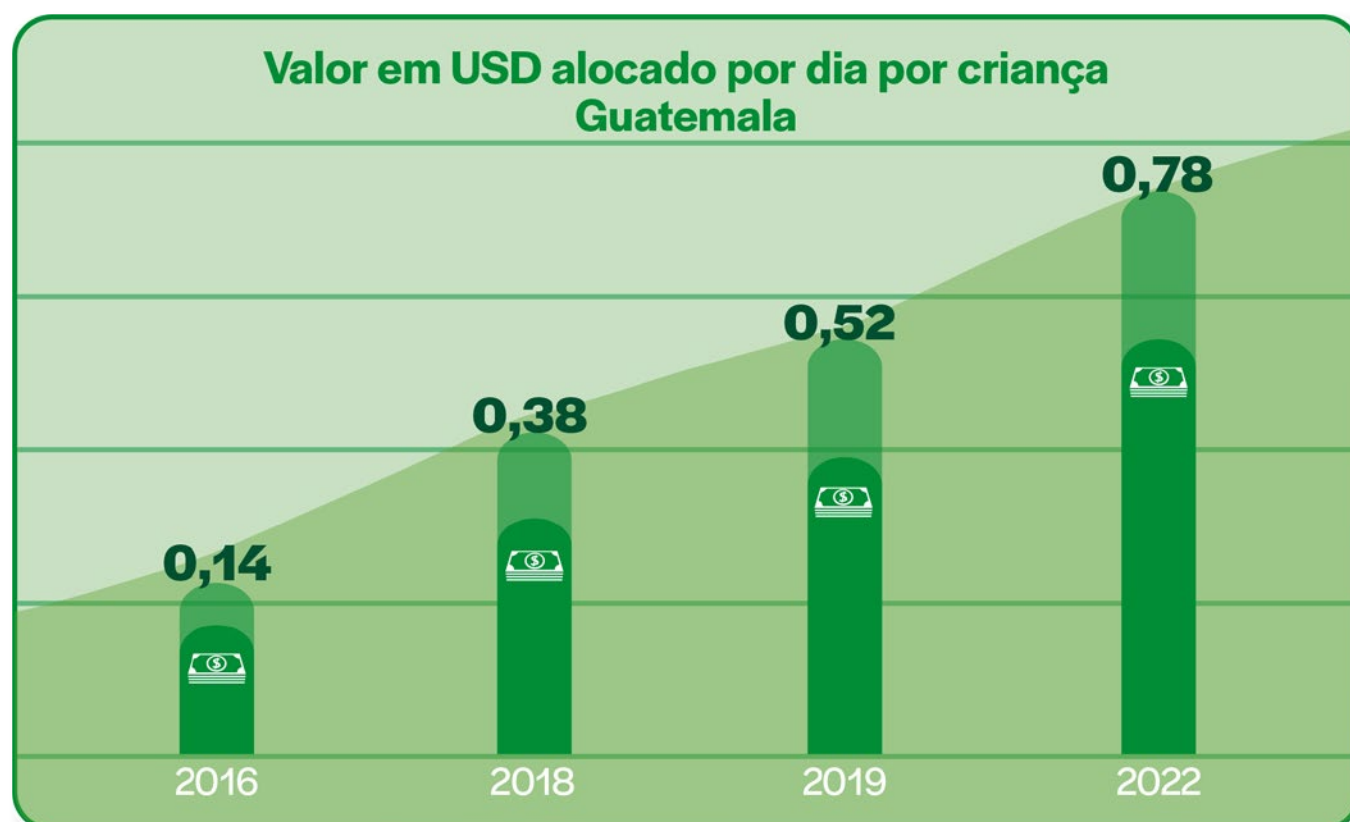
Os países assumiram diferentes compromissos e fizeram das Escolas Sustentáveis uma

metodologia funcional, de transcendência única e histórica, razão pela qual expandiram suas ações durante a última década. É possível comparar o progresso em números para os anos 2017 e 2021.

O escalonamento dos temas principais é mostrado abaixo:

1. Orçamentária. O gráfico mostra o escalonamento do orçamento da Guatemala nos últimos anos, quantia representada em dólares e benefício direto para a criança. De USD 0,14 em 2016 para USD 0,78 em 2022. Esta alocação diária aumenta o montante total

Figura 3: Dólares alocados por dia por criança na Guatemala



Fonte: Elaboração própria.

Figura 4: Avanços em El Salvador, Guatemala e Honduras



Fonte: Elaboração própria.

da implementação anual no âmbito do Programa de Alimentação Escolar do país. Esta informação não está disponível para os outros países.

2. Atendimento por departamento, município, escolas sustentáveis e crianças. A tabela a seguir mostra como El Salvador, Guatemala e Honduras aumentaram significativamente, marcando

uma grande diferença no número de estudantes beneficiados em três anos, apesar das restrições da pandemia e das diferentes modalidades de atendimento nas escolas de cada país.

3. Nível de cuidado e cobertura dos estudantes. Da mesma forma, em outros países, houve uma escalada. Na Guatemala, de acordo com as reformas da

Lei de Alimentação Escolar (Decreto 12-2021), nos anos seguintes serão acrescentados os níveis de educação inicial e secundária, expandindo assim a cobertura e os níveis de atendimento. O aumento do nível de atendimento e cobertura não se limitará ao ensino pré-primário e primário.

4. Melhorar a qualidade do cardápio da escola. O esta-

belecimento de padrões alimentares na comunidade educacional requer tempo e processos, e o consumo de frutas e vegetais é um dos objetivos das Escolas Sustentáveis. A experiência brasileira leva ao reconhecimento da importância da elaboração de cardápios adequados e saudáveis para o programa de alimentação escolar, onde vários elementos são combinados: contexto, cultura, qualidade e quantidade, que são complementados pelas ações pedagógicas de horta escolar e educação alimentar e nutricional.

El Salvador apresenta seu melhor caso, alocando mais recursos para fortalecer a merenda escolar através da compra de alimentos dos produtores locais, incorporando frutas, legumes e ovos. Além disso, concedeu o almoço para o dia de aula prolongado, que é de USD 1,5 por criança.

No caso de Honduras, a desconcentração de recursos para as comunidades visando melhorar o Programa Nacional de Alimentação Escolar permitiu compras locais, incorporando alimentos frescos na refeição diária e a incorporação de cardápios regionalizados.

5. Marco jurídico que fortalece os PAE. A experiência de ter estruturas legais para o desenvolvimento de programas de alimentação escolar é uma prova da sustentabilidade dos processos e da melhoria contínua.

Cinco países da América Latina e do Caribe possuem normas e procedimentos institucionais específicos para a alimentação escolar: Bolívia, Equador, Guatemala, Honduras, e Paraguai. El Salvador já avançou na tramitação do projeto de lei.



©FAO



© FAO / Andrea Galdames

Os desafios atuais dos programas de alimentação escolar

Quadro 1: Desafios atuais dos PAE



Fonte: Elaboração própria.

A dotação orçamental é garantida para o PAE, embora as compras relacionadas com a pandemia (vacinas, suprimentos, entre outros) estejam sendo priorizadas.

7

Acesso a vacinas para toda a comunidade educacional (de acordo com os protocolos de cada país).

9

Os países têm considerado que os escolares frequentam as aulas, divididos por grupos, em determinados dias da semana, considerando que será um desafio planejar as compras e calcular as porções para garantir que todos os alunos recebam suas refeições escolares.

11

8

A recuperação da confiança dos pais, devido a preocupações sobre o risco de contágio e os efeitos da doença para que autorizem os seus filhos a retornar à escola.

10

O protocolo para a condução de casos positivos identificados nas escolas.

12

Os países que pararam seu PAEs consideram que precisarão de algum tempo para criar as condições mínimas necessárias para que eles operem novamente.

Perspectivas para o regresso às escolas

A realidade do retorno à escola no mundo todo tem sido marcada pela preocupação com a segurança, especialmente no manuseio, preservação e preparo das refeições escolares. Para garantir a segurança de milhões de crianças e dos alimentos consumidos no ambiente escolar, a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (FNDE) do Brasil, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), organizaram ações sob a “Estratégia Conjunta para Fortalecer Programas de Alimentação

Escolar Sustentável (PAES) na América Latina e no Caribe (ALC) - ambiente seguro durante e pós-pandemia”.

A iniciativa foi implementada no âmbito da Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES), com 11 países da região: Belize, El Salvador, Honduras, Granada, Guatemala, Guiana, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas. Nesses países, foram disponibilizados kits de higienização das mãos, conservação (geladeiras) e de preparação e fornecimento de alimentos (utensílios de cozinha), beneficiando aproximadamente 102 000 estudantes em 600 escolas.



© Gobierno de Santa Lúcia



Lições aprendidas

Quadro 2: Lições aprendidas com a metodologia de Escolas Sustentáveis

Lição 1

Está surgindo uma nova visão sobre o PAE. Eles são agora considerados uma poderosa intervenção baseada em direitos que cria sinergias e transcende para ações em saúde, educação, agricultura, desenvolvimento social e desenvolvimento sustentável, e não apenas uma intervenção alimentar baseada em assistencialismo.



Lição 2

A criação dos Comitês Nacionais de Alimentação Escolar materializa esse interesse comum e coordenado, com uma visão coletiva cujo objetivo é aprimorar e fortalecer o PAE de cada país.



Lição 3

A promoção e aprovação de instrumentos legais sobre alimentação escolar possibilitaram institucionalizar o PAE nos países da região, sob o modelo abrangente proposto pela ES.



Lição 4

A metodologia tem fomentado a conscientização social entre os diferentes atores envolvidos na sua implementação.



Lição 5

A mudança de abordagem das hortas escolares pedagógicas permite que sejam identificadas como uma importante ferramenta pedagógica para a EAN, o que permite melhorar o conhecimento relacionado à alimentação.



Lição 6

O desenho dos cardápios de alimentação escolar tem adquirido uma abordagem técnica que busca garantir a melhor alimentação em quantidade e qualidade que os alunos recebem, considerando seus contextos, identidade cultural e necessidades nutricionais específicas para a idade escolar.



Lição 7

As compras institucionais da agricultura familiar têm potencial suficiente para estimular o dinamismo econômico nos territórios e incentivar a organização, além de promover o desenvolvimento do conhecimento para a construção de outras possibilidades de produção e de mercado.



Lição 8

Embora a infraestrutura de alimentação escolar represente um grande desafio, foi demonstrado que a coordenação com os governos locais e organizações de cooperação técnica alcançaram experiências bem-sucedidas que devem continuar a se multiplicar.



Lição 9

A crise da COVID-19 abre uma janela de oportunidade para transformar a produção primária em um setor econômico mais sustentável e resiliente, implementando inovações tecnológicas, soluções baseadas na natureza e melhorias no ambiente institucional.



Principais conclusões

Quadro 3: Principais conclusões do estudo na região

01



A alimentação escolar, implementada em cada país por meio de um programa nacional, tem demonstrado ter uma tal relevância ao ponto de ser considerada uma política pública multissetorial, pois contribui para o alcance dos objetivos nacionais em diferentes áreas estratégicas, como educação, saúde, agricultura, desenvolvimento social, meio ambiente e desenvolvimento territorial.

02



A metodologia e os componentes das ES têm estimulado a articulação entre os setores supracitados e a criação de soluções práticas para os desafios enfrentados pelos representantes. Isso levou à adoção de diferentes compromissos para o desenvolvimento de políticas de alimentação escolar.

03



Foi possível comparar vários níveis de expansão e dimensionamento desta política entre 2017 a 2021, especialmente considerando: o aumento dos orçamentos operacionais dos programas; a expansão da cobertura dos estudantes; a melhoria na qualidade dos cardápios escolares; e o aumento significativo dos marcos regulatórios, como leis e outros dispositivos legais.

04



Um crescimento notável foi observado no número de ES nos últimos 10 anos na região da ALC: em 2011 começou com 11 escolas; em 2017 foram 3 193 escolas e; em 2021, foi atingido um total de 23 385 Escolas Sustentáveis. Identificou-se que para o primeiro período de medição (2011-2017) houve um crescimento de 29% e no segundo período (2017-2021) um crescimento de 732,4%. Um aumento significativo na região.

05



Da mesma forma, o número de estudantes atendidos com a metodologia de Escolas Sustentáveis teve um crescimento considerável entre o período 2011-2021, passando de 3 359 para 1 668,739 estudantes (579%).

06



Em relação aos agricultores familiares que ofereceram seus produtos ao PAE, estes totalizaram 1 340 em 2017. Em 2021, esse número atingiu 9 356, representando um aumento de 698%. Esse número significa que 8 016 novos produtores da agricultura familiar aderiram ao PAE como fornecedores no período.

07



Considerando o número de secretarias e municípios que adotaram a metodologia de ES, deve ser considerada uma conquista importante para toda a região, uma vez que em 2017 a metodologia esteve presente em 51 secretarias; e em 2021 chegou a 63, o que representa um aumento de 23%. Em relação aos municípios, entre o período de 2017-2021, estes passaram de 152 para 536 municípios participantes. Isso representa um crescimento de 253%.

08



A partir do estudo, foram observadas importantes lições aprendidas, dentre as quais o paradigma passa de considerar a alimentação escolar apenas como uma intervenção de assistência alimentar para populações vulneráveis para considerá-la agora como uma intervenção baseada em direitos que vincula e articula ações em saúde, educação, agricultura, desenvolvimento social e desenvolvimento sustentável.

09



A metodologia de ES tem favorecido sobretudo a promoção e aprovação de instrumentos legais para alimentação escolar nos países que a desenvolveram.

10



Embora tenha sido observado o crescimento do número de ES, ainda há uma lacuna significativa a ser alcançada em relação ao universo de escolas existentes em cada país, o que nos faz ver a necessidade iminente de ampliar o número de ES na região.

11



Diante da reabertura das escolas e do regresso ao modo presencial, existe a grande necessidade de estabelecimento e cumprimento de protocolos de saúde dirigidos a priorização da segurança das crianças em todo o momento.

Recomendações

Quadro 4: Recomendações do estudo

1

Estabelecer protocolos de saúde que visem sempre priorizar a segurança das crianças.

2

Estabelecer orientações claras segundo as quais o PAE será novamente implementado, tendo em conta que muitos países continuarão a oferecer modalidades híbridas de educação e que o acesso tempestivo às refeições escolares deve ser garantido a todas as crianças.

3

Retomando a preparação de merendas frescas após um longo período de entrega de kits de alimentos ou cestas básicas. Isso requer um processo de sensibilização prévia de toda a comunidade educacional, especialmente da equipe que está vinculada ao serviço de alimentação para abrir novamente as cozinhas para o preparo dos alimentos.

4

Realizar um diagnóstico aprofundado da situação sob a qual os países retomarão a implementação do modelo de ES nesta nova normalidade, como resultado da emergência sanitária do COVID-19.

5

Promover e apoiar os países que ainda estão testando a metodologia de ES para gerar as condições necessárias para ampliar a intervenção para mais escolas e em nível nacional.

6

Projetar e implementar um sistema de monitoramento e avaliação para as ações da metodologia de ES, a fim de documentar periodicamente o progresso e identificar limitações.

7

Identificar as boas práticas na implementação dos modelos de ES e as barreiras que impeçam sua implementação adequada.

8

Gerar informações de forma sistêmica que enriqueçam o processo de aprendizagem dos países e relizar o intercâmbio de experiências de implementação do modelo de ES.

9

Compreender a situação de desperdício alimentar do PAE e dos alimentos em geral em todos os seus ciclos: produção, comercialização, preparo e consumo, uma vez que não há estatísticas que possam permitir sua quantificação.



A fim de garantir um espaço que reúna e dissemine boas práticas e conhecimentos relevantes e assim contribuir para o progresso necessário sobre o tema, o Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO sobre Alimentação Escolar, através da Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES), está desenvolvendo a plataforma web RAES para todos os países da região, disponível no seguinte link:

www.redraes.org

Bibliografia

FAO. 2017. *Experiência de fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar e sua vinculação por meio de compras à Agricultura Familiar*. São Salvador.

FAO. 2020. *Guia de Orientação “Escolas Sustentáveis: Alimentação, Saúde, Desenvolvimento e Aprendizagem”*. Projeto GCP/RLA/180/BRA.

FAO. *Escolas Sustentáveis*. Obtido em <https://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/proyectos/consolidacion-alimentacion-escolar/escuelas-sostenibles/es/>

FAO. 2021. *Nota conceitual: Rede de alimentação escolar sustentável. Brasil*.

Morales, M., y Veloso, N. FAO (2022). Estudio “El estado situacional de las escuelas sostenibles en América Latina y el Caribe, 2021”. Manuscrito

Raboso Campos, E. e González, J.U. 2021. *Avanços na metodologia de escolas sustentáveis em programas de alimentação escolar na Mesoamérica - Estudo de caso em El Salvador, Guatemala e Honduras*. Panamá, FAO.

PMA. 2020. *El Estado de la Alimentación Escolar a Nivel Mundial 2020*. Roma. (disponível em: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000124411/download/>)



©FAO / Fran Afonso

